



**ENEL BRASIL S.A.**  
(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)  
CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2015**

Srs. Acionistas:  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S/A submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Enel Brasil S.A é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. 1) **Perfil:** Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S. A. é uma holding de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 15 milhões de pessoas, com 6 milhões de clientes, nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Em geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. Por meio da Prátil, empresa constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas nos estados do Ceará e Rio de Janeiro. A Enel Brasil encerrou o exercício de 2015 com 16.967 colaboradores, sendo 2.603 próprios e 14.364 parceiros. Com receita líquida de R\$ 10,22 bilhões, registrou EBITDA de R\$ 1,7 bilhões e lucro líquido de R\$ 587 milhões no ano de 2015. A Enel Brasil é a subsidiária brasileira da Enersis Américas S.A, controlada pelo Grupo italiano Enel. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Enel Brasil possui o controle majoritário em duas distribuidoras de energia (Ampla Energia e Coelce), duas empresas de geração (CDSA e CGTF), uma empresa de transmissão (CIEN) e uma empresa de prestação de serviços para o setor de energia (Prátil). Além destes ativos, a Enel Brasil possui participação minoritária em sociedades com propósito específico (SPEs) para construção de usinas eólicas no nordeste do Brasil, em conjunto com a Enel Green Power.

**2) Principais Indicadores**

Indicadores Gerais (consolidado)	2015	2014
Ativo total - R\$ mil	15.521.556	13.762.921
Patrimônio líquido - R\$ mil	7.542.555	7.112.912
Dívida bruta - R\$ mil	3.115.045	3.070.926
Dívida líquida - R\$ mil	2.399.481	1.976.542
<b>Número Total de Colaboradores</b>	<b>16.967</b>	<b>14.288</b>
Próprios	2.603	2.677
Parceiros	14.364	11.611
<b>Indicadores da Geração 2015</b>		
Energia Gerada - Gwh	4.518	5.343
Energia Vendida - Gwh	6.662	7.226
<b>Indicadores da Distribuição</b>		
Energia Fornecida - Venda e Transporte	23.088	22.878
Número de Consumidores	6.733.583	6.500.500

**3) Desempenho Econômico**

Valores em R\$ Mil	2015	2014	Var. (1)
Receita operacional bruta	15.945.336	12.137.790	31,37%
Deduções da receita bruta	-5.722.537	-2.716.939	<100,0%
Receita operacional líquida	10.222.799	9.420.851	8,51%
Custos do serviço e despesas operacionais	-9.085.233	-7.118.594	27,63%
EBITDA(2)	1.682.453	2.847.231	<-100,0%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>16,46%</b>	<b>30,22%</b>	<b>-13,76 p.p.</b>
EBIT(3)	1.137.566	2.302.257	<-100,0%
<b>Margem EBIT</b>	<b>11,13%</b>	<b>24,44%</b>	<b>-13,31 p.p.</b>
Resultado financeiro	631.836	336.250	87,91%
Imposto de renda e contribuição social	-386.686	-282.709	36,78%
Lucro líquido	587.178	872.642	<-100,0%
<b>Margem líquida</b>	<b>5,74%</b>	<b>0,66%</b>	<b>+5,08 p.p.</b>
Lucro por ação (R\$/ação)	3,29	4,88	-32,71%

(1) Variação entre 2015 e 2014; 2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações; (3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro. O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida. A receita operacional bruta de 2015 foi superior a apresentada no ano de 2014 em 31,37%, se deve, principalmente, aos reajustes/revisões tarifários aplicados em 2015, em conjunto, com a elevação do preço de venda de energia no spot e a contabilização dos ativos e passivos regulatórios nas distribuidoras, através da assinatura ao aditivo do contrato de concessão. As deduções da receita tiveram um incremento superior a 100%, atreladas ao aumento da receita operacional bruta. Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 27,63%, decorrente, principalmente, por maiores gastos com compra de energia, produto da maior demanda e de maior preço (efeito combinado da descontração e maior PLD). Estas variações implicaram em um EBITDA de R\$ 1,7 bilhões, R\$ 1,1 bilhões superior ao apresentado em 2014. 4) **Responsabilidade Socioambiental:** Para as empresas da Enel Brasil, a sustentabilidade é compreendida com um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. O planejamento estratégico do grupo, é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas das empresas, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável. Os 57 projetos socioambientais desenvolvidos nas comunidades 2015 são focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de sustentabilidade, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, no caso das distribuidoras, assim como o apoio ao desenvolvimento local, à geração de renda e a democratização do acesso à cultura em todas as empresas. Com o desenvolvimento dos seus variados projetos, somente em 2015, a Enel Brasil empregou 94 jovens, gerou mais de R\$2 milhões de renda para as comunidades em que atuou, trocou cerca de 180 mil lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas e alcançou uma redução de energia de 38.230 mWh/ano. No total, foram investidos R\$ 49 milhões e beneficiadas diretamente 2,6 milhões de pessoas de 157 municípios, dos quatro estados de atuação no Brasil: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Dentre os projetos desenvolvidos pelas empresas da Enel Brasil que atendem às necessidades e particularidades de cada localidade, merecem destaque em 2015 as seguintes iniciativas: **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser - Sustentabilidade em Rede"**: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Nas ações promovidas durante o "Mês Ser", a Enel Brasil contou com mais de 5.200 participações de colaboradores, distribuídas em 101 atividades, que reforçaram conceitos e práticas nos pilares Ser Econômico, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Humano. **N.O.V.A. - Nós Vivemos o Amanhã:** O projeto NO.V.A - Nós Vivemos o Amanhã, desenvolvido pela Ampla e chancelado pela Enel, é

uma iniciativa de crowdsourcing utilizada para ajudar a construir uma casa do futuro. Através da plataforma www.nosvivemosoamanha.com.br, 28 mil internautas, de 110 países, sugeriram 4 mil ideias para a casa, que envolvem temas como sistemas inteligentes, economia colaborativa, arquitetura verde e energia. A etapa final do projeto consiste na construção da residência experimental em Niterói, com o objetivo de investigar os hábitos dos clientes no futuro, tanto do ponto de vista comportamental quanto do consumo de recursos naturais. A Casa do Futuro será utilizada pela Ampla e empresas parceiras em estudos de eficiência energética, além de funcionar como um living lab, testando novas experiências de consumo e convivência num modelo inédito, com tecnologias inovadoras. **Rede de Lideranças Comunitárias:** Todos os projetos socioambientais em educação, geração de renda, eficiência energética e cultura das distribuidoras Ampla e Coelce, são apoiados pela Rede de Lideranças Comunitárias, que promove reuniões periódicas e constitui um canal direto de comunicação entre as empresas e os 436 líderes ativos no projeto. O líder comunitário auxilia na identificação das demandas em relação à melhoria da qualidade dos serviços prestados e também proporciona maior proximidade e parceria entre clientes que residem em comunidades carentes, contribuindo também para a redução dos conflitos de interesse, com essa nova forma de relacionamento. **Educação para o consumo consciente:** Vários são os projetos com objetivo educacional em todas as empresas do grupo. Na Ampla e na Coelce, as diversas iniciativas abordam temas sobre consumo consciente, meio ambiente, direitos e deveres do consumidor, orçamento doméstico, troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, além de mercado de trabalho e geração de renda. Através de oficinas e palestras do Consciência Ampla Saber e do Coelce nos Bairros, mais de 77 mil consumidores foram contemplados. Com o Consciência Ampla Futuro e o Coelce nas escolas, 32.200 estudantes de escolas públicas puderam ter acesso à educação para o consumo consciente. Com o intuito de atender também aqueles clientes localizados fora dos grandes centros, o Consciência Ampla sobre rodas e a Nave Coelce, reforçam o consumo consciente com as carretas itinerantes equipadas com maquete explicativa e simuladores de consumo, atendendo mais de 30 mil pessoas neste ano. Os projetos contam também com uma equipe de Agentes Comunitários, que em 2015, atenderam cerca de 30 mil pessoas realizando visitas domiciliares e serviços comerciais nessas localidades atendidas pelos projetos, que além das dicas de consumo consciente focadas na realidade de cada residência e famílias, os agentes também levantam dados socioeconômicos e realizam encaminhamentos das famílias para outros projetos sociais, como a troca de geladeiras. Nas geradoras e transmissora, as questões sobre consumo consciente e meio ambiente também são bastante desenvolvidas entre a comunidade do entorno das empresas. O projeto Geração Consciente, que abre as portas das empresas para visitação e palestras sobre suas práticas de gestão, consumo consciente, caminhos da energia, segurança e atuação social com o entorno, lançou em 2015 o módulo "Guardiões da Energia". Esse módulo trabalha com alunos das escolas municipais da região, participando de uma gincana de economia de energia e educação para o consumo consciente, atendendo em 2015, 350 pessoas para visitas e palestras. **Ecoelce e Consciência Ecoampla:** Os dois projetos, desenvolvidos por Ampla e Coelce, estimulam a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia. São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes das distribuidoras possam trocar seus resíduos por bônus na conta de luz. Em toda área de concessão das empresas, os clientes contam com 161 pontos de coleta, que arrecadaram mais de 4,3 mil toneladas de resíduos em 2015, revertidos em R\$ 858 mil de descontos. **Consciência Ampla Saber e Coelce nos Bairros:** Promove a educação para o consumo consciente para consumidores residentes em localidades de perfil baixa renda e, na sua maioria, acontecem em espaços indicados por líderes da Rede de Lideranças. São realizadas palestras e oficinas sobre o consumo consciente, meio ambiente, direitos e deveres do consumidor, orçamento doméstico e troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes. Os projetos contam com uma equipe de Agentes Comunitários que realizam visitas domiciliares e serviços comerciais nessas localidades atendidas pelos projetos. Além das dicas de consumo consciente focadas na realidade de cada residência e famílias, os agentes também levantam dados socioeconômicos e realizam encaminhamentos das famílias para outros projetos sociais, como a troca de geladeiras. Em 2015, as palestras e oficinas beneficiaram 77.376 consumidores das distribuidoras, além de ter atendido mais de 30 mil pessoas através dos Agentes Comunitários. **Troca Eficiente de Geladeiras:** A iniciativa viabilizou a troca de 14.604 refrigeradores, para clientes em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro e Ceará. Em conjunto com os outros projetos, promove a adequação do consumo de energia ao orçamento familiar, aumentando a capacidade de pagamento da conta de luz e bem-estar das famílias. Promove também a sustentabilidade do serviço de distribuição de energia e do relacionamento com clientes em regiões socialmente mais vulneráveis, atendidas pelas distribuidoras Ampla e Coelce. **Programa Enel Brasil Oportunidade:** Consciência Ampla Oportunidade (Ampla), Energia Social Oportunidade (Coelce) e Enel Brasil Oportunidade (Endesa Fortaleza, Coelce e Ampla) - Os projetos contribuem com a geração de renda em comunidades de vulnerabilidade social e promovem o consumo consciente de energia. Conduz atividades de capacitação para jovens provenientes de famílias de baixa renda para seu ingresso no mercado de trabalho. Alguns líderes comunitários participantes da Rede de Lideranças Comunitárias indicam jovens de suas comunidades para que possam se preparar e capacitar para um emprego. Atualmente, estão empregados em empresas que prestam serviço para as distribuidoras, parceiros do projeto ou estagiários nas próprias distribuidoras, 287 jovens. **Rede do Bem -** Programa de voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores das empresas do grupo Enel com as comunidades. Em 2015 o programa passou por uma reformulação com o lançamento da plataforma digital da Rede do Bem, que permitiu maior alcance das atividades e participação mais ativa dos voluntários. Em 2015, mais de 6 mil pessoas foram beneficiadas nas comunidades em torno das empresas do grupo, por meio dos 577 voluntários participantes do programa neste ano. **RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES: SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO: Guia Exame de Sustentabilidade -** Pela primeira vez, a Enel Brasil integrou a relação das empresas-modelo do país pelo Guia Exame de Sustentabilidade. Até o ano anterior, Ampla e Coelce figuravam separadamente no ranking. O guia, que lista as empresas mais sustentáveis do Brasil, teve 210 empresas inscritas em 2015, sendo 68 eleitas como modelo em sustentabilidade, divididas entre 21 setores. **Prêmio Época Empresa Verde -** A Enel Brasil foi uma das sete empresas vencedoras do Prêmio Época Empresa Verde 2015. O reconhecimento é feito em parceria da Revista Época com a consultoria Pricewaterhouse Coopers (PWC) e destaca as iniciativas das empresas em relação ao meio ambiente e para garantir seu futuro sustentável. **"GC Advanced" Pacto Global:** O Relatório Anual de Sustentabilidade Enel Brasil 2014, alcançou pelo terceiro ano consecutivo, o nível avançado "GC Advanced" do Pacto Global das Nações Unidas. Essa classificação é determinada pelo relato e avanço das ações da

empresa nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. **Empresa Cidadã -** A Enel Brasil recebeu o certificado de Empresa Cidadã, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC/RJ), pelo seu Relatório Anual de Sustentabilidade Enel Brasil 2014. A premiação é nacional e reconhece a qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas pelas empresas. **Empresa mais Inovadora do Setor Elétrico -** A Enel Brasil ficou em 1º lugar entre as empresas mais inovadoras do Setor Elétrico Brasileiro, apontada pelo Jornal Valor Econômico. O ranking é elaborado pela Consultoria Strategy& (PwC), que publica uma das mais renomadas pesquisas sobre inovação no mundo. **Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária -** O Banco Comunitário do Preventório, projeto apoiado pela Ampla, recebeu o Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária. O prêmio reconhece os esforços e amplia a visibilidade de empreendimentos econômicos que desenvolvem os princípios da autogestão, solidariedade e cooperação. **Ranking Ethos-Abraadee -** A Ampla foi a segunda melhor empresa no ranking dos indicadores Ethos-Abraadee que avaliam a gestão em responsabilidade socioambiental - que compõe a categoria Responsabilidade Social do Prêmio Abraadee - do segmento de distribuição de energia. Os indicadores são avaliados pela Fundação Nacional de Qualidade. **Prêmio PNUD - Referência em Negócios Inclusivos -** O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil elegeu o Ecoelce como umas das 19 iniciativas brasileiras no relatório Mercados Inclusivos no Brasil: Desafios e Oportunidades do Ecossistema de Negócios. O programa reconhece as empresas que se destacam em sustentabilidade e mostra como o setor privado pode implementar soluções inovadoras na área. **Prêmio Barão do Rio Branco -** O Prêmio Barão do Rio Branco, promovido no Chile pela Câmara de Comércio chileno-brasileira, reconheceu o trabalho da Coelce em prol das comunidades e do bom relacionamento com os clientes em 2015. O prêmio é o reconhecimento às companhias que se empenham em oferecer aos seus acionistas e clientes o compromisso com a inovação, projetos sociais e desenvolvimento sustentável. Os projetos Ecoelce, Luz Solidária, Troca Eficiente e Coelce nas Escolas são alguns dos destaques. **Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente -** A Ampla foi reconhecida como Empresa Amiga do Meio Ambiente, pela ONG Ecovida, durante a celebração do Dia Internacional da Reciclagem. O Consciência EcoAmpla troca resíduos recicláveis por crédito na conta de luz em diversos pontos de coleta em parceria com a ONG Ecovida. **Selo Verde Instituto Internacional Socioambiental Chico Mendes -** O projeto EcoAmpla recebeu a Certificação Selo Verde - oferecida pelo Instituto Internacional Socioambiental Chico Mendes, na categoria Gestão Socioambiental Responsável. A premiação contempla iniciativas socioambientais que tenham como princípios a Sustentabilidade, a justiça social e o direito à vida. **Selo Empresa Amiga da Criança -** Ampla e Coelce conquistaram pelo nono ano consecutivo, o selo da Fundação Abrinq, que distingue as empresas que têm a infância e a juventude entre suas preocupações. Projetos como Rede do Bem, Baú de Leitura e Consciência Ampla Cidadania contribuíram para a conquista do selo. **PESSOAS: Melhores Empresas para Trabalhar - Guia Você S/A -** A Enel Brasil ficou entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil do Guia Você S/A, com o 7º lugar no setor elétrico. O Guia avalia anualmente as empresas que são modelo em gestão de pessoas no país e consideradas pelos colaboradores bom local para trabalhar. **Melhores Empresas para se Trabalhar no País -** Época/Great Place to Work - A Enel Brasil integrou o ranking elaborado pelo Instituto Great Place to Work (GPTW) e pela revista Época, que analisa as empresas por meio de pesquisas com funcionários e avaliação de suas práticas de gestão de pessoas. **6º Melhor Empresa para se Trabalhar no Rio de Janeiro -** A Enel Brasil é a sexta Melhor Empresa para se Trabalhar no Rio de Janeiro, de acordo com o Instituto Great Place to Work (GPTW), que analisa as práticas de gestão de pessoas e mensura a percepção dos colaboradores em relação à diversos fatores da empresa. **Selo Empresa Familiarmente Responsável -** A Enel Brasil foi reconhecida como uma Empresa Familiarmente Responsável (EFR). Válida até 2017, a certificação é concedida pela instituição europeia Fundação Máfamilia com o objetivo de valorizar as organizações que se empenham em manter um ambiente de trabalho baseado em flexibilidade, respeito mútuo e compromisso. **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida -** O Programa Bem-Viver, da Enel Brasil, foi vencedor na categoria Ouro do XVIII Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV). A premiação é concedida pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV) como forma de reconhecer os programas de promoção de saúde e qualidade de vida no ambiente corporativo. **GESTÃO E QUALIDADE: Ranking Melhores do Dinheiro - Revista Isto é Dinheiro -** A Enel Brasil conquistou o primeiro lugar do setor elétrico no ranking "As Melhores do Dinheiro 2015", publicado anualmente pela revista Isto é Dinheiro. A pesquisa avalia cinco critérios: sustentabilidade financeira, gestão de recursos humanos, gestão em inovação e qualidade, responsabilidade social e ambiental e governança corporativa. **Prêmio Abraadee -** A Coelce foi eleita, pela quinta vez, a melhor distribuidora de energia do Brasil na 17ª edição do Prêmio Abraadee, da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica. Além disso, a Coelce também ficou em primeiro lugar nas categorias Responsabilidade Social (pela quarta vez consecutiva), e Qualidade na Gestão. **Prêmio Nacional da Qualidade 2015 -** A Ampla foi reconhecida, pela segunda vez, como destaque no critério Sociedade no Prêmio Nacional da Qualidade 2015, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). O PNQ é o mais importante prêmio voltado à qualidade e excelência da gestão das empresas no Brasil. **Prêmio ABERJE 2015 -** A Ampla recebeu o Prêmio ABERJE 2015 na categoria Comunicação de Programas, Projetos e Ações Esportivas pela campanha realizada para o projeto Desafio Solar. A premiação, concedida pela Associação da Brasileira de Comunicação Empresarial, reconhece as melhores práticas em comunicação corporativa do Brasil. No circuito regional Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Ampla também foi vencedora com as campanhas de comunicação do projeto Nós Vivemos o Amanhã (categoria Mídia Digital) e Projetos Sociais na Copa do Mundo (Mídia Audiovisual). **Selo Loja Amiga do Cliente -** Ampla e Coelce foram certificadas com o selo "Loja Amiga do Cliente" (LAC), concedido pelo Instituto Ibero-Brasileiro de Relacionamento com o Cliente, cujo objetivo é mobilizar as empresas para criar uma cultura de excelência em atendimento. Este ano, a Ampla foi certificada pela quarta vez. **5) Auditores Independentes:** A Companhia firmou contrato com a Ernst& Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais para um período de 5 (cinco) anos. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. **6) Agradecimentos:** A Enel Brasil S.A. expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos membros do Conselho de Administração, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor e, em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos. A Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014		
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.308	236.156	509.396	864.071	Fornecedores	18	70.151	14.081	1.530.701	1.258.456
Títulos e valores mobiliários	6	50.375	72.351	206.168	230.313	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	328.819	187.495
Contas a receber		2.634	2.395	-	-	Debêntures	20	-	-	426.156	155.469
Consumidores, concessionários e permissionários	7	-	-	1.869.857	1.220.263	Folha de pagamento		11.903	10.125	95.440	99.836
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	8	-	-	432.717	181.646	Obrigações fiscais	22	23.730	6.116	565.565	173.405
Cauções e depósitos	10	-	-	65.811	58.242	Taxas regulamentares	8	-	-	372.128	18.881
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	11	-	-	689.519	487.333	Dividendos a pagar		295.999	175.785	351.572	219.327
Serviços em curso		-	-	159.028	176.099	Obrigações com benefícios pós-emprego	27	-	-	2.040	770
Tributos a compensar	9	22.730	18.669	268.053	229.140	Provisão Luz para Todos		-	-	48.489	52.074
Dividendos a receber		86.728	297.252	-	-	Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	71.802	77.438
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	20	-	-	5.068	844	Outras obrigações		8.593	-	172.823	121.415
Empréstimos com partes relacionadas	23	290.578	290.578	-	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>410.376</b>	206.107	<b>3.965.535</b>	2.364.566
<b>Outros créditos</b>	13	<b>22.292</b>	22.279	<b>367.852</b>	314.572	<b>Não circulante</b>					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>668.645</b>	939.680	<b>4.573.469</b>	3.762.523	Fornecedores	18	-	-	134.664	126.363
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.210.462	1.309.261
Consumidores, concessionários e permissionários	7	-	-	142.321	148.073	Debêntures	20	-	-	1.160.061	1.434.910
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	11	-	-	151.932	234.865	Tributos diferidos	28	-	-	60.662	73.077
Tributos a compensar	9	-	-	186.146	148.178	Obrigações com benefícios pós-emprego	27	-	-	577.031	535.345
Depósitos vinculados a litígios	24	135	135	294.381	261.720	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	873	334	737.759	666.896
Cauções e depósitos	10	-	-	25.575	24.130	Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	100.109	105.527
Tributos diferidos	28	1.049	-	485.466	498.257	Outras obrigações		-	-	32.718	34.064
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	-	-	56.606	64.655	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>873</b>	334	<b>4.013.466</b>	4.285.443
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	20	-	-	5.385	15.365	<b>Patrimônio líquido</b>	25				
Empréstimos com partes relacionadas	23	945.913	25.505	-	-	Atribuível aos acionistas da empresa controladora		1.320.049	1.056.049	1.320.049	1.056.049
Outros créditos	13	16.920	16.920	19.306	19.574	Capital social		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Ativo indenizável (concessão)	15	-	-	2.722.423	2.125.968	Ações em tesouraria		2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Investimentos	14	3.976.611	4.045.190	100	100	Reserva de capital		1.477.824	1.400.765	1.477.824	1.400.765
Imobilizado	16	3.614	4.219	1.953.228	1.969.507	Reserva de lucros		46.526	9.561	46.526	9.561
<b>Intangível</b>	17	<b>178.962</b>	202.234	<b>4.905.218</b>	4.490.006	Outros resultados abrangentes		142.856	167.722	142.856	167.722
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.123.204</b>	4.294.203	<b>10.948.087</b>	10.000.398	Ajustes de avaliação patrimonial		5.380.600	5.027.442	5.380.600	5.027.442
<b>Total do ativo</b>		<b>5.791.849</b>	5.233.883	<b>15.521.556</b>	13.762.921	Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	1.631.058	1.629.264
						Participações do Grupo Enel, em controladas, ainda não contribuídas à Enel Brasil S.A.		-	-	530.897	456.206
						Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	2.161.955	2.085.470
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.380.600</b>	<b>5.027.442</b>	<b>15.521.556</b>	<b>13.762.921</b>
						<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>5.791.849</b>	<b>5.233.883</b>	<b>15.521.556</b>	<b>13.762.921</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

## ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Capital		Reservas de lucros			Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Porposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido atribuível aos		Acionistas não controladores	Total
		Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva legal	Outras reservas	Lucros acumulados					Acionistas Enel Brasil	Demais acionistas Grupo Enel		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>1.056.049</b>	<b>(111.025)</b>	<b>2.504.370</b>	<b>133.839</b>	<b>(4.016)</b>	<b>764.263</b>	<b>8.170</b>	<b>205.398</b>	<b>616.152</b>	<b>5.173.200</b>	<b>1.289.440</b>	<b>675.320</b>	<b>7.137.960</b>
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	25	-	-	-	-	-	-	-	(37.676)	37.676	-	-	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	654	654	371	153	1.178
Aprovação de dividendos propostos	25	-	-	-	-	-	-	-	-	(616.152)	(616.152)	(8.208)	(14.045)	(638.405)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	664.705	664.705	140.960	66.977	872.642
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	27	-	-	-	-	-	-	(20.597)	-	-	(20.597)	(19.470)	(2.006)	(42.073)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	20.597	-	(20.597)	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(698)	-	-	(698)	(1.057)	(198)	(1.953)
Transferência de participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258.385	(258.385)	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(331)	(593)	(924)
Dividendos mínimos	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(175.759)	(30.826)	(11.017)	(217.602)
Reserva para reforço de capital de giro	25	-	-	-	-	-	506.679	-	-	(506.679)	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	25	-	-	-	-	-	-	2.089	-	-	2.089	-	-	2.089
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>1.056.049</b>	<b>(111.025)</b>	<b>2.504.370</b>	<b>133.839</b>	<b>(4.016)</b>	<b>1.270.942</b>	<b>9.561</b>	<b>167.722</b>	<b>-</b>	<b>5.027.442</b>	<b>1.629.264</b>	<b>456.206</b>	<b>7.112.912</b>
Aumento de capital	-	264.000	-	-	-	-	(264.000)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	25	-	-	-	-	-	-	-	(24.866)	24.866	-	-	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	242	242	15	257	
Aprovação de dividendos propostos	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	(141)	(220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	455.805	455.805	36.799	94.574	587.178
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	27	-	-	-	-	-	-	(19.626)	-	-	(19.626)	(22.184)	(98)	(41.908)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	19.626	-	(19.626)	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(5.337)	-	-	(5.337)	(1.582)	(522)	(7.441)
Proposta da administração para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(231)	(413)	(644)
Dividendos mínimos	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.228)	(10.944)	(18.709)	(149.881)
Reserva para reforço de capital de giro	25	-	-	-	-	-	341.059	-	-	(341.059)	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	25	-	-	-	-	-	-	42.302	-	-	42.302	-	-	42.302
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>1.320.049</b>	<b>(111.025)</b>	<b>2.504.370</b>	<b>133.839</b>	<b>(4.016)</b>	<b>1.348.001</b>	<b>46.526</b>	<b>142.856</b>	<b>-</b>	<b>5.380.600</b>	<b>1.631.058</b>	<b>530.897</b>	<b>7.542.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	-	-	-	10.222.799	9.420.851
Custo do serviço	30	-	-	(8.343.979)	(7.118.594)
Lucro bruto	-	-	-	1.878.820	2.302.257
(Despesas) receitas operacionais	-	-	-	-	-
Despesas com vendas	30	-	-	(172.371)	(85.313)
Despesas gerais e administrativas	30	(109.324)	(42.531)	(540.047)	(428.438)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	30	(23.269)	(22.622)	(23.269)	(22.622)
Resultado de equivalência patrimonial	14	489.197	637.748	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	30	62	(116)	(5.567)	(15.795)
Total receitas (despesas) operacionais	-	356.666	572.479	(741.254)	(552.168)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	-	356.666	572.479	1.137.566	1.750.089
Resultado financeiro	31	-	-	-	-
Receita financeira	-	131.274	123.998	631.836	336.250
Despesa financeira	-	(1.051)	(13.734)	(749.527)	(912.338)
Varição cambial, líquida	-	6.506	3.138	(46.011)	(18.650)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	-	493.395	685.881	973.864	1.155.351
Imposto de renda e contribuição social - corrente	28	(38.639)	(21.176)	(433.815)	(459.097)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28	1.049	-	(27.550)	91.484
Incentivo fiscal	28	-	-	74.679	84.904
Lucro líquido do exercício	-	455.805	664.705	587.178	872.642
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	455.805	664.705
Participações do Grupo Enel, em controladas, ainda não contribuídas à Enel Brasil S.A.	-	-	-	-	-
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	36.799	140.960
Atribuível aos outros acionistas não controladores	-	-	-	94.574	66.977

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	-	455.806	664.705	587.178	872.642
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	-	(8.086)	(1.058)	(11.274)	(2.959)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	-	2.749	360	3.833	1.006
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	-	42.302	2.089	42.302	2.089
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	36.965	1.391	34.861	136
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-	-
Perda atuarial em fundo de pensão de controladas	-	(29.736)	(31.208)	(63.497)	(63.747)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão de controladas	-	10.110	10.611	21.589	21.674
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	(19.626)	(20.597)	(41.908)	(42.073)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	17.339	(19.206)	(7.047)	(41.937)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	473.145	645.499	580.131	830.705
Atribuído a:	-	-	-	-	-
Acionistas controladores	-	-	-	473.144	645.499
Demais acionistas controlados pelo Grupo Enel	-	-	-	13.033	120.433
Outros acionistas não controladores	-	-	-	93.954	64.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	455.805	664.705	587.178	872.642
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	158.072	60.262
Depreciação e amortização	599	634	544.887	544.974
Imposto diferido oriundo da incorporação	23.272	22.622	23.272	22.622
Equivalência patrimonial	(489.039)	(637.748)	-	-
Provisão (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	589	(12.209)	213.624	164.799
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	8.049	8.794
Juros e variações monetárias provisionados	(122.823)	(38.947)	443.262	290.548
Despesas (receita) do ativo indenizável	-	-	(212.922)	306.060
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	-	-	22.543	56.318
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.049)	-	27.550	(91.484)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	86.502	86.061
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	57.516	55.109
Reversão para perdas em estoques	-	-	-	(329)
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	920	(6.672)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	(6)	(2.147)	(108.134)	-
Outras receitas	(132.652)	(3.090)	1.852.319	2.367.341
(Aumento) redução nos ativos	-	-	(810.487)	(177.682)
Consumidores, concessionários e permissionários	(239)	(273)	-	-
Contas a receber	-	-	(11.119)	(722.198)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(251.071)	(161.261)
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	-	-
Dividendos recebidos	785.166	479.086	-	-
Cauções e depósitos	-	-	(9.014)	34.621
Depósitos vinculados a litígios	-	-	(17.202)	78.083
Outros créditos	(13)	(8.034)	(84.692)	(164.976)
Aumento (redução) nos passivos	-	-	275.994	390.912
Fornecedores	56.070	(14.817)	(4.396)	14.319
Folha de pagamento	1.778	1.264	353.247	(2.637)
Taxas regulamentares	-	-	(78.057)	(60.586)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(50)	(15.156)	(142.761)	(136.510)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.148	-	(49.108)	(17.713)
Outros passivos	13.553	17.968	316.888	24.628
Tributos a pagar (a compensar), líquidos	732.761	456.948	1.340.541	1.493.199
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	-	-	-
Atividades de investimento	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	21.976	452.112	22.573	505.365
Mútuos concedidos	(854.706)	(93.572)	-	-
Recebimento de mútuos concedidos	(1)	98.160	-	-
Recebimento de juros de mútuos concedidos (liquidados)	57.122	34.109	-	-
Investimentos	-	644	-	-
Aplicações no intangível e imobilizado	-	(135)	(1.323.048)	(909.636)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	775.609	491.318	(1.300.475)	(404.271)
Atividades de financiamento	-	-	-	-
Captação de debêntures	-	-	-	300.000
Pagamento de debêntures	-	-	(110.502)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	405.235	594.603
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(371.416)	(488.907)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(149.239)	(98.988)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(145.671)	(98.466)
Pagamento contrato de dívida com a Faelce	-	-	-	(12.824)
Dividendos pagos	-	(1.377.668)	(17.599)	(1.495.836)
Parcelamento de tributos	-	(8.229)	(3.093)	(23.378)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-	(1.385.897)	(392.285)	(1.323.796)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(2.456)	2.089
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(42.848)	(437.631)	(354.675)	(232.779)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	236.156	673.787	864.071	1.096.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	193.308	236.156	509.396	864.071
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(42.848)	(437.631)	(354.675)	(232.779)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais: Contexto operacional:** A Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins. A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil ("Grupo Enel" ou "Grupo"): a) Distribuição de energia elétrica: *Ampla Energia e*

## ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Enel e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **2.4.1. Receita de distribuição:** Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. **2.4.2. Receita de transmissão:** A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. **2.4.3. Receita não faturada:** Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. **2.4.4. Receita de construção:** A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. O Grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Enel terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **2.4.5. Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.5. Instrumentos financeiros:** O Grupo Enel classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. **a) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. O Grupo Enel determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Enel que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ("CPC 38"). Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Enel tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) Empréstimos e recebíveis. (b) Investimentos mantidos até o vencimento. (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** O Grupo Enel avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo Enel determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo e são acrescidos do custos da transação diretamente relacionado. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo Enel possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e derivativos representado pelas Non-Deliverable Forward ("NDFs"), visando proteção a proteção do fluxo de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira (USD) estabelecidos no contrato de abastecimento de gás. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 22 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pelo Grupo. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Mantidos para negociação:** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilidade de *hedge* definidos pelo CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de

amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. **e) Hedge de fluxo de caixa:** Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, o Grupo Enel classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Grupo deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como o Grupo Enel irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilidade de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. **2.6. Ativo indenizável (concessão):** Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato. **2.7. Intangível:** O Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. **Ágio atribuído à concessão:** O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027. **2.8. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Enel são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Enel reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Diferencial ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. **2.10. Benefício a empregados - Planos de benefício definido:** A obrigação líquida do benefício a empregados (planos de benefício definido) é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano. **2.11. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões para contingências (trabalhista, civis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação. **2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015:** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Enel.

### Normas, interpretações e alterações

**Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos:** Contribuições por Parte do Empregado  
*O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma porcentagem fixa do salário.*  
Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)  
*Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.*

**2.13. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015:** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Enel são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

### Normas, interpretações e alterações

**IFRS 9: Instrumentos Financeiros**  
*Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases:*

*Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.*

*Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment"). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.*

*Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.*

*Essa versão final do IFRS 9 substituiu a versão anterior da norma.*

**Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias**  
*As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio.*

**IFRS 15: Receita de contratos com clientes**  
*Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)*

**Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização**  
*As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção retutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.*

**Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014**  
*Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.*

**Alterações no IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto**

*A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.*

**Alterações na IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas**  
*Esta melhoria permite que as entidades a usar o método da equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações financeiras separadas. O objetivo da melhoria é minimizar os custos associados com o cumprimento com o IFRS, em particular para aquelas entidades que aplicam IFRS pela primeira vez, sem reduzir a informação disponível para os investidores.*

**Alterações na IAS 1 – Iniciativa de Divulgação**  
*O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo de informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.*

**Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.**  
*As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

**IFRS 16: Arrendamento mercantil.**  
*O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e específica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*

### Aplicação obrigatória para:

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.

### Aplicação obrigatória para:

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

# ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Benefícios pós-emprego: O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 27. **Receita não faturada:** O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês. Diferenças entre a receita real e a receita não faturada são usualmente imateriais.

**3. Revisão e reajuste tarifário:** A controlada Ampla Energia teve o reajuste tarifário médio, em 15/03/2015, de 42,19%, conforme Resolução Homologatória nº 1.861/2015. Em 07/04/2015, foi revisada a tarifa devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação - Resolução nº 1.869/2015, as novas tarifas foram reajustadas com efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%. Foi aprovada em 22/02/2015, através da Resolução Homologatória nº 1.858, a revisão tarifária extraordinária da controlada COELCE, que gerou um reajuste médio de 10,28%. Em 22/04/2015 a controlada COELCE teve homologação em caráter provisório a 4ª Revisão Tarifária, através da Resolução Homologatória nº 1.882 gerando um efeito tarifário médio de 11,69%. Em função da definição da nova BRR, a Administração procedeu ao recálculo do ativo financeiro remanescente ao final da concessão não tendo sido identificados ajustes significativos. A expectativa da Administração é de que o aumento na receita faturada resultante do aumento nas tarifas seja compensado por um aumento similar nos custos de compra de energia correspondentes, bem como encargos setoriais.

**4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios: a) Conta do Ambiente de Contratação Regulada - ACR:** Devido ao aumento nos custos de compra de energia, a ANEEL decidiu repassar de forma adiantada às distribuidoras de energia os valores da parcela A que seriam recuperados no próximo reajuste tarifário. Desta forma, as controladas Ampla Energia e COELCE receberam aportes de R\$243.764 e R\$132.560 respectivamente, conforme Despacho nº 773, de 27/03/2015, que reduziram a conta de "Valores a receber de Parcela A" registradas no ativo circulante dessas controladas. **b) Bandeiras tarifárias:** Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. O Decreto nº 8.401 de 04/02/2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição passam a ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRT") administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Os recursos disponíveis nessa conta serão repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos por cada distribuidora e a cobertura tarifária vigente de cada agente.

**c) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro:** A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

**d) Mudança do índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias:** A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual. **e) Revisão tarifária PRORET - 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("CRTP"):** A partir da Resolução Normativa nº 660, de 28/04/2015, dentre outras alterações, as receitas faturadas com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente Reativo - ER, a partir de maio de 2015 passaram a ser contabilizadas como passivos setoriais, no passivo não circulante. A partir do 5º CRTP, estes valores serão devolvidos ao consumidor através da tarifa. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e contas correntes bancárias	29.500	666	72.450	104.758
CDB - Certificado de Depósito Bancário	43.518	116.077	89.998	221.522
Operações compromissadas	-	-	40.929	49.367
Total de aplicações diretas	73.018	116.743	203.377	375.647
Fundos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	52.366	39.865	99.239	163.524
Operações compromissadas	67.924	79.548	206.780	324.900
Total de fundos exclusivos	120.290	119.413	306.019	488.424
Total de aplicações financeiras	193.308	236.156	509.396	864.071

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. **6. Títulos e valores mobiliários:** em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos	-	-	28.308	25.379
Total de fundos de investimentos	-	-	28.308	25.379
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	50.375	72.351	167.040	204.729
Letras financeiras	-	-	2.559	-
Total de fundos exclusivos	50.375	72.351	169.599	204.729
Bônus da República Argentina	-	-	8.261	205
Total de títulos e valores mobiliários	50.375	72.351	206.168	230.313

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. **7. Consumidores, concessionários e permissionários: a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	Consolidado			
	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Classe de consumidores				
Residencial	303.715	227.282	79.005	610.002
Industrial	98.468	19.153	63.803	181.424
Comercial	127.415	59.799	39.960	227.174
Rural	48.597	21.812	23.040	93.449
Poder Público e iluminação pública	111.637	82.124	77.470	271.231
Serviço público	22.547	4.188	1.490	28.225
Revenda	11.656	89	-	11.745
Subtotal	724.035	414.447	284.768	1.423.250
Renda não faturada (c)	465.902	-	-	465.902
Consumidores livres	57.150	585	7.749	65.484
Consumidores baixa renda (f)	34.884	-	-	34.884
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	57.330	-	4.136	61.466
Companhia de Gás do Ceará (CEGAS)	-	-	34.432	34.432
Parcelamento de débitos (b)	33.131	-	-	33.131
Leilão Energia - CCEAR	13.506	-	-	13.506
Encargo emergencial	-	-	-	2.457
Companhia Energética de Goiás - CELG	-	-	-	206
Furnas Centrais Elétricas S.A. (d)	-	-	2.685	2.685
Tractebel Energia S.A. (d)	-	-	-	1.018
Contas a receber com partes relacionadas (e)	201	-	-	201
Outros	15.563	7.077	2.783	25.423
Subtotal	1.401.702	422.109	336.553	2.160.364
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(290.507)	(290.507)
Total circulante	1.401.702	422.109	46.046	1.869.857
Não circulante				
Furnas Centrais Elétricas S.A. (d)	-	-	125.612	125.612
Tractebel Energia S.A. (d)	-	-	70.772	70.772
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (b)	65.382	-	-	65.382
Contas a receber com partes relacionadas (e)	-	-	127.107	127.107
Subtotal	65.382	-	338.780	404.162
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(261.841)	(261.841)
Total não circulante	65.382	-	76.939	142.321
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:				
				Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Adições)	-	-	-	(498.931)
Baixas	-	-	-	61.264
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Adições)	-	-	-	(494.479)
Baixas	-	-	-	(156.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	98.644
Circulante	-	-	-	(552.348)
Não circulante	-	-	-	(290.507)
	-	-	-	(261.841)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia. **b) Parcelamento de débitos:** Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGP-M. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m. **c) Receita não faturada:** Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$465.902 (R\$305.039 em 2014). **d) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"):** Em 31 de dezembro de 2015, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$128.297 e R\$70.772 (R\$129.850 e R\$71.790 em 2014) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A controlada CIEN com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384 em 31 de dezembro de 2015 (R\$196.384 em 2014). **e) Contas a receber com partes relacionadas:** Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 23. **f) Consumidores baixa renda:** Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"). Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2015 é R\$34.884 (R\$47.904 em 2014). A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse. **8. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado):** Valor a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	75.988	-	-	51.742	75.988
Resolução homologatória 1.711/2014	-	-	74.489	105.581	74.489	105.581
Resolução Homologatória 1.861/2015	113.703	-	-	-	113.703	-
Resolução Homologatória 1.882/2015	-	-	188.630	-	188.630	-
Parcela de estimativa Atualização monetária (*)	6.147	2.355	(10.361)	(2.278)	(4.214)	77
Total de subvenção CDE	1.636	-	6.731	-	8.367	-
	173.228	78.343	259.489	103.303	432.717	181.646

\* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA, tendo sua aplicação iniciada no mês de março de 2015. Em 8 de julho de 2015, foi proferida em favor das controladas Ampla Energia e COELCE, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde outubro e novembro de 2014, com os valores mensalmente devidos pelas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, as controladas Ampla Energia e COELCE mantêm registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$231.405 e R\$137.704, respectivamente, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado contabilmente quando a decisão transitar em julgado.

## 9. Tributos a compensar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	22.726	18.666	136.567	91.516
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	4	3	222.610	184.807
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (c)	91.288	73.303	1.676	18.645
INSS Patronal	2.058	9.047	454.199	377.318
Outros tributos	268.053	229.140	186.146	148.178

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96. (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes, à razão de 1/48 avos. (c) Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia no valor total de R\$39.181 (R\$31.845 em 2014) referem-se ao PIS e a COFINS semestralizada, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a controlada Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos. Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada CIEN, no montante total de R\$33.521 em 31 de dezembro de 2015 (R\$29.631 em 2014), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a controlada CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, CGTF, CDSA e Prátil, nos montantes de R\$7.049, R\$3.633, R\$7.159 e R\$745, respectivamente. **10. Cauções e depósitos**

	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	Não Circulante	Circulante
Instituição				
Itaú-Unibanco	65.492	-	57.922	-
Bradesco	-	-	6	81
Itaú	-	-	717	659
BNB	-	-	17.751	17.458
Banco do Brasil	-	-	6.907	5.912
Caixa Econômica Federal	319	-	320	-
Outros	-	-	194	20
Total	65.811	25.575	58.242	24.130

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos de cauções e depósitos registrados pelas controladas Ampla Energia e COELCE, nos valores de R\$40.923 e R\$50.463 (R\$27.854 e R\$54.518 em 2014), respectivamente, correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. Eles incluem, garantias exigidas em contratos de empréstimos e financiamentos, valores retidos de fornecedores e de contratos de aquisição de energia elétrica conforme cláusulas contratuais. **11. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros:** Como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foram aprovados os termos aditivos aos contratos de concessão das distribuidoras Ampla e Coelce, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s). Dessa forma, os aditamentos dos contratos de concessão e permissão representaram um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das distribuidoras aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as distribuidoras e o órgão regulador, e que até então eram considerados ativos e passivos regulatórios os quais não possuíam garantias de recuperação ou liquidação. Sendo assim, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão, referidos ativos e passivos passaram a ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica e classificados como natureza financeira. Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Compra de energia	523.808	98.369	244.429	82.246
Encargo de serviço do sistema - ESS	(164.035)	(26.680)	(98.086)	(31.158)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	59.239	15.118	23.406	6.085
Uso da rede básica	108.579	26.478	20.831	8.231
Outros	16.628	7.931	(4.017)	(1.649)
Diferimentos tarifários (CVAs)	544.219	121.216	186.563	63.755
Sobrecontratação de energia	27.360	57	293.322	74.929
Recomposição de ICMS	80.771	28.016	30.710	91.210
Diferencial Eletrônico	-	-	14.903	4.826
Bandeira não faturada	(44.305)	-	-	-
Postergação da revisão tarifária	-	-	(28.327)	1.589
Neutralidade	24.816	7.674	-	-
Outros passivos	56.658	(5.031)	(9.838)	(1.444)
Outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	145.300	30.716	300.770	171.110
Total dos outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	689.519	151.932	487.333	234.865

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. **12. Benefício fiscal - ágio incorporado (Consolidado):** Ágio de incorporação da controladora: O ágio é oriundo da operação de incorporação que a controlada COELCE realizou em sua controladora Distribuição de Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999. O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2016	0,02792	2022	0,01640
2017	0,02555	2023	0,01501
2018	0,02338	2024	0,01374
2019	0,02140	2025	0,01257
2020	0,01958	2026	0,01151
2021	0,01792	2027	0,01053

continuação **ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67**

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

	Investimento 31/12/2014	Equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Outros	Resultado abrangente em controladas	Integralização de capital	Investimento 31/12/2015
Ampla Energia	1.215.932	(16.521)	13	-	-	(20.888)	-	1.178.536
COELCE	1.010.117	213.739	(42.444)	-	-	(1.041)	-	1.180.371
CIEN	491.351	(20.718)	(151.879)	42.302	-	-	-	361.055
CGTF	684.256	126.400	(169.366)	-	-	(3.034)	-	638.258
CDSA	641.036	193.164	(220.492)	-	-	-	-	613.708
Prátil	2.466	(6.570)	-	-	(465)	-	9.527	4.958
Fazenda Nova	(68)	(297)	-	-	(9)	-	-	(375)
Enel Green Power I (a)	50	-	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II (a)	50	-	-	-	-	-	-	50
Total	4.045.190	489.197	(584.168)	42.302	(474)	(24.963)	9.527	3.976.611

  

	Investimento 31/12/2013	Equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Outros	Resultado abrangente em controladas	Integralização de capital	Investimento 31/12/2014
Ampla Energia	1.163.259	91.356	-	(21.516)	-	-	(17.167)	1.215.932
COELCE	922.094	148.093	(55.366)	-	-	-	(4.704)	1.010.117
CIEN	532.705	44.742	(88.185)	-	2.089	-	-	491.351
CGTF	693.415	98.510	(108.245)	-	-	-	576	684.256
CDSA	757.228	254.717	(370.909)	-	-	-	-	641.036
Prátil	6.836	623	(4.435)	-	-	(558)	-	2.466
Fazenda Nova	311	(293)	-	-	-	(86)	-	(68)
Enel Green Power I (a)	50	-	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II (a)	50	-	-	-	-	-	-	50
Total	4.075.948	637.748	(648.656)	2.089	(644)	(21.295)	-	4.045.190

(a) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo do investimento no consolidado é de R\$100. Ativo indenizável (concessão). Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados pelas controladas Ampla Energia e COELCE até o final de suas respectivas concessões classificadas como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das ICPC 01 e ICPC 17 e da OCPC 05. O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"). A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.014.096
Transferências do ativo intangível (*)	417.932
Marcação a mercado – ativo financeiro	(306.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.125.968
Transferências do ativo intangível (*)	402.865
Marcação a mercado – ativo financeiro	193.590
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.722.423

O valor residual de cada bem novo adquirido que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão é transferido do ativo intangível e alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783. **16. Imobilizado**

	31/12/2015		31/12/2014	
	Vida útil (anos)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	-	350	-	350
Terrenos	-	1.771	(661)	1.110
Edificações	30	2.025	(1.462)	563
Máquinas e equipamentos	6	1.344	(1.236)	108
Veículos	7	3.951	(3.636)	315
Móveis e utensílios	16	9.441	(6.995)	2.446
Total imobilizado em serviço	-	1.169	-	1.169
Em curso	-	1.169	-	1.169
Imobilizado em andamento	-	1.169	-	1.169
Total do imobilizado em curso	-	1.169	-	1.169
Total do imobilizado	-	10.610	(6.995)	3.615

	31/12/2015		31/12/2014	
	Vida útil (anos)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	-	3.644	-	3.644
Terrenos	-	243.081	(163.370)	79.711
Reservatórios	30	203.042	(141.669)	61.373
Edificações	31	4.320.579	(2.893.037)	1.427.542
Máquinas e equipamentos	6	5.551	(4.508)	1.043
Veículos	7	81.981	(56.060)	25.921
Móveis e utensílios	40	25.005	(15.880)	9.125
Bens de renda	-	4.882.883	(3.274.524)	1.608.359
Total imobilizado em serviço	-	344.869	-	344.869
Em curso	-	344.869	-	344.869
Imobilizado em andamento	-	5.227.751	(3.274.523)	1.953.228
Total do imobilizado em curso	-	5.227.751	(3.274.523)	1.953.228
Total do imobilizado	-	10.610	(6.995)	3.615

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço		Total	Em curso		Total
	Depre- ciada	Valor líquido		Depre- ciada	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.596	(6.047)	3.549	1.169	4.718	4.699.665
Transferências	-	-	-	-	114.710	(114.710)
Adições	-	-	135	135	5.500	139.570
Reclassificações	-	-	-	-	5.478	(7.060)
Baixas	(290)	285	(5)	(5)	(7.774)	3.191
Depreciação	(599)	(599)	(599)	-	(163.209)	(163.209)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	(6.988)	4.036
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.596	(6.681)	2.915	1.304	4.219	4.814.537
Transferências	135	(135)	-	-	78.471	(78.471)
Adições	-	-	-	-	214	214
Reclassificações	-	-	-	-	183	183
Baixas	(290)	285	(5)	(5)	(7.774)	3.191
Depreciação	(599)	(599)	(599)	-	(163.209)	(163.209)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	(2.565)	1.724
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.441	(6.995)	2.446	1.169	3.615	4.882.883

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, CDSA e CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas. **CGTF:** O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização. **CDSA:** O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A Administração da Companhia entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada CDSA e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. **CIEN:** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. **17. Intangível:** A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora		Em curso		Total
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	435.755	(212.855)	222.900	4.352	227.252
Reclassificações	-	-	-	(2.396)	(2.396)
Amortização do ágio	-	(22.622)	(22.622)	-	(45.244)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	435.755	(235.477)	200.278	1.956	202.234
Amortização do ágio	-	(23.272)	(23.272)	-	(46.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	435.755	(258.749)	177.006	1.956	178.962

	Controladora			Em curso		
	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.171.551	(3.791.816)	(620.320)	3.759.415	1.117.291	(269.834)
Adições	-	-	-	814.722	(50.156)	764.566
Baixas	(232.050)	175.757	(56.293)	-	-	(56.293)
Amortização	-	(452.963)	43.917	(409.046)	-	(409.046)
Reclassificações	(5.478)	7.060	-	1.582	310	310
Transferências	1.202.020	-	(74.519)	1.127.501	(1.202.020)	74.519
Transferências ativo indenizável(*)	(417.932)	-	(417.932)	-	-	(417.932)
Efeito de conversão de controladas no exterior	(420)	367	(53)	-	-	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.717.691	(4.061.595)	(650.922)	4.005.174	730.303	(245.471)
Adições	-	-	-	1.223.803	(48.162)	1.175.641
Baixas	(182.001)	164.031	(18.969)	51.889	-	51.889
Amortização	-	(449.829)	45.318	(404.511)	-	(404.511)
Reclassificações	-	(183)	(183)	(4.739)	-	(4.739)
Transferências	954.571	-	(8.830)	945.741	(954.571)	8.830
Transferências ativo indenizável(*)	(407.150)	-	(407.150)	-	-	(407.150)
Efeito de conversão de controladas no exterior	(154)	134	(20)	-	-	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.082.957	(4.347.442)	(540.290)	4.195.225	994.796	(284.803)

(\*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783. Vide Nota 15. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina o registro da amortização mensal na obrigação especial, que decorre da participação nos investimentos não condicionadas a qualquer retorno para a concessão, tal registro é iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária das controladas Ampla Energia e COELCE, e a amortização teve seus primeiros registros em abril de 2009, baseados em uma taxa média. As obrigações especiais vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10% a.a. e 3,84% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

## 18. Fornecedores:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Partes relacionadas (a)	65.662	2.944
Materiais e serviços	4.489	11.137
Total	70.151	14.081

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento e transporte de energia	-	-
Compra de energia	988.398	760.160
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS	44.578	27.612
Diferencial Eletrônico	1.440	21.373
Encargo de uso da rede	22.871	26.325
Geradoras - Energia Livre	10.690	17.942
Partes relacionadas (a)	204.953	125.414
Cessão de crédito (b)	-	84.000
Outros	4.730	5.051
Materiais e serviços	387.705	316.942
Total	1.665.365	1.384.819

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, se encontram descritos na Nota 23. (b) Em 22 de dezembro de 2014, a controlada CGTF celebrou contrato de convênio de cessão de crédito sem direito de regresso junto ao Banco Itaú BBA S.A. ("Banco Itaú") no valor máximo de R\$85.000, transferindo ao Banco Itaú o direito parcial do crédito devido em razão do serviço de fornecimento de energia elétrica à controlada COELCE pertinente às faturas dos meses de novembro e dezembro de 2014. A controlada CGTF, objetivando antecipar os recebíveis da controlada COELCE, utilizou o montante de R\$84.000 disponíveis no contrato de convênio de cessão de crédito celebrado, os quais foram liquidados na data de vencimento de cada fatura ao longo do exercício de 2015. **19. Empréstimos e financiamentos:** As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Encargos de dívida		Principal	
	Circulante	Principal	Circulante	Não circulante
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Moeda estrangeira	-	-	-	-
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15	9	-	4.456
União Federal - Bônus ao Par (a)	83	56	-	6.386
Total moeda estrangeira	98	65	-	10.842
Moeda nacional	-	-	-	-
Eletrobras (b)	250	16	9.902	10.212
Banco do Nordeste - FNE (c)	232	304	21.237	21.237
BNDES FINAME 2012-2013 (d)	41	46	4.121	4.121
BNDES FINEM 2012-2013 A (d)	220	238	13.007	12.960
BNDES FINEM 2012-2013 B (d)	244	268	13.006	12.960
Itaú CCB (e)	6.299	5.070	-	150.000
BNDES (Finame) (f)	4	2	561	236
BNDES (Finem seccionamento) (g)	71	39	4.243	2.115
BNDES (Capex 2011) (h)	207	245	10.140	10.139
BNDES (Capex 2011) (h)	185	230	19.374	19.305
BNDES (Capex 2011) (h)	205	258	19.374	19.305
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	80	92	8.256	8.297
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	398	431	23.528	23.412
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	441	484	23.528	23.412
Eletrobras	-	2	-	2.941
Eletrobras	-	2	-	2.655
Banco do Brasil S.A. (BB Agropecuário) (j)	6.298	4.692	75.000	-
Banco do Brasil S.A. (j)	1.813	1.384	-	100.000
Banco do Brasil S.A. (j)	424	320	-	30.000
BNDES (Capex 2014-2015) A (k)	61	-	7.666	76.656
BNDES (Capex 2014-2015) B (k)	165	-	7.666	76.656
Working Capital Santander (l)	-	-	50.474	-
Total moeda nacional	17.638	14.123	311.083	173.307
Total de empréstimos e financiamentos	17.736	14.188	31	



## ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

### 22. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	-	3	249.977	67.091	746	127	64.859	27.568
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.804	3.129	159.687	33.702	-	-	4.344	3.243
Imposto Sobre Serviços - ISS	94	105	4.766	4.402	-	-	9.024	4.292
Programa de Integração Social - PIS	123	20	13.849	5.933	18.963	2.732	59.059	27.174
					23.730	6.116	565.565	173.405

**23. Partes relacionadas:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora								
			31/12/2015			31/12/2014					
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante (*)	Receita (despesa)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante (*)	Receita (despesa)	
CIEN - Companhia de Interconexão Energia	(b)	Mútuo	290.578	-	-	42.960	290.578	-	-	-	33.089
Companhia Energética do Ceará - COELCE		Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	785
CTM	(c)	Mútuo	-	35.268	-	12.187	-	15.965	-	-	3.444
TESA	(c)	Mútuo	-	32.507	-	11.364	-	9.540	-	-	2.063
Ampla Energia		Mútuo	-	878.138	8.593	56.315	-	-	-	-	-
Fazenda Nova	(e)	Conta corrente	2.634	-	-	-	2.395	-	-	-	-
EN Brasil - Comércio e Serviço S.A. (Práti)		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	451	(461)
Enel S.p.A.	(g)	Conta corrente	-	-	63.412	(63.412)	-	-	-	-	-
Enel Energy Europe		Prestação de serviço	-	-	2.143	(2.143)	-	-	-	76	(39)
Enel Green Power		Prestação de serviço	-	-	107	(107)	-	-	-	2.417	(630)
			293.212	945.913	74.255	57.164	292.973	25.505	2.944	-	38.251

\* Esses valores são classificados como outras obrigações e fornecedores (vide Nota 18)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Consolidado										
			31/12/2015					31/12/2014					
			Ativo circulante	Ativo não circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Intangível	Ativo não circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Intangível
Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Confissão de dívida	-	-	2.040	85.396	(8.882)	431	-	770	90.312	(2.719)	406
Fundação Brasiletros	(a.2)	Plano de pensão	-	-	-	491.635	(44.757)	-	-	445.033	(47.753)	-	
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	(d)	Transporte de energia	-	92.252	-	93.270	4.604	-	86.686	-	86.182	20.527	
Endesa Costanera S.A.	(d)	Transporte de energia	-	34.855	-	34.594	1.855	-	33.011	-	32.324	7.557	
Enel Energy Europe	(f)	Prestação de serviço	-	-	2.143	-	(2.143)	-	-	2.894	-	(3.718)	
Enel Ingeniería e Innovazione		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	2.417	-	(630)	
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	1.597	-	-	
Enel S.p.A.	(g)	Prestação de serviço	-	-	67.060	-	(67.060)	-	-	-	-	-	
EGP - Joana Eólica		Transporte de energia	3	-	-	-	37	-	-	-	-	-	
EGP - Modelo I Eólica		Transporte de energia	3	-	-	-	36	-	-	-	-	-	
EGP - Modelo II Eólica		Transporte de energia	3	-	-	-	32	-	-	-	-	-	
EGP - Primavera Eólica		Transporte de energia	2	-	-	-	28	-	-	-	-	-	
EGP - São Judas Eólica		Transporte de energia	2	-	-	-	27	-	-	-	-	-	
EGP - Cristal Eólica		Transporte de energia	2	-	-	-	28	-	-	-	-	-	
EGP - Emiliana Eólica		Transporte de energia	3	-	-	-	40	-	-	-	-	-	
EGP - Pau Ferro Eólica		Transporte de energia	2	-	-	-	18	-	-	-	-	-	
EGP - Pedra do Gerônimo Eólica		Transporte de energia	2	-	-	-	18	-	-	-	-	-	
EGP - Tacaicó Eólica		Transporte de energia	2	-	-	-	11	-	-	-	-	-	
EGP - Suluções Energéticas		Transporte de energia	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	
EGP - Manicoba Eólica		Transporte de energia	3	-	-	-	14	-	-	-	-	-	
EGP - Esperança Eólica		Transporte de energia	3	-	-	-	13	-	-	-	-	-	
EGP - Damascena Eólica		Transporte de energia	3	-	-	-	14	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Participações Ltda.	(g)	Prestação de serviços	168	-	7.886	-	(71.007)	-	-	-	-	-	
			201	127.107	79.129	704.895	(187.072)	431	119.697	7.678	653.851	(26.736)	406
Total plano de pensão		Plano de pensão	-	-	(2.040)	(577.031)	-	-	-	(770)	(535.345)	-	
Partes relacionadas			201	127.107	77.089	127.864	(187.072)	431	119.697	6.908	118.506	(26.736)	406

\* Esses valores são classificados como contas a receber (vide Nota 7), fornecedores (vide Nota 18), obrigações com benefício pós-emprego (vide Nota 25).  
As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir: a) **Obrigações com plano de pensão:** a.1) *Plano de Pensão - FAELCE:* A controlada COELCE, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". Para maiores detalhes, vide Nota 25. a.2) *Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS:* A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide Nota 25. b) *CIEN:* A Companhia possui empréstimos com a sua controlada CIEN no montante total atualizado de R\$290.578 (R\$290.578 em 2014). Os empréstimos são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 2,40% a.a. e 0,67% a.a. c) *CTM e TESA:* Os mútuos com a CTM e TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 3,00% a.a. d) *CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A. e Enel Costanera S.A.:* O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R\$127.864 em 31 de dezembro de 2015 (R\$118.506 em 2014) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos. e) *Fazenda Nova:* A Companhia mantém um conta corrente com a controlada Eólica Fazenda Nova referente a despesas realizadas por esta, a qual se encontra em fase pré-operacional. Esse conta corrente totalizou um montante de R\$2.634 no ativo em 31 de dezembro de 2015 (R\$2.395 em 2014). f) *Enel Energy Europe:* A Companhia mantém contrato com a Enel Energia referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software. Esse contrato totalizou um montante de R\$2.143 como custo de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.718 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e o correspondente passivo de R\$2.143 em 31 de dezembro de 2015 (R\$2.894 em 2014). g) *Enel S.p.A.:* A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, estruturais e de disponibilização de recursos humanos. **Remuneração da Administração:** A remuneração total dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$14.330 (R\$12.468 em 2014), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2015 foi de R\$50.522 (R\$38.217 em 2014). **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo. **a) Provisões com risco provável.** Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Controladora			
	31/12/2014	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas (i)	143	16	-	159
Cíveis (ii)	122	(66)	(50)	6
Fiscais	69	639	-	708
Total	334	589	(50)	873

  

Descrição	Consolidado					
	31/12/2014	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas (i)	190.935	34.445	(26.351)	40.585	(17.697)	221.917
Cíveis (ii)	313.126	122.190	(68.071)	100.534	(85.881)	381.898
Fiscais (iii)	31.948	-	-	2.680	(610)	34.018
Regulatórias (iv)	127.887	7.326	(2.243)	2.529	(38.573)	96.926
Ambientais (v)	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	666.896	163.961	(96.665)	146.328	(142.761)	737.759

(i) **Riscos trabalhistas.** Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta. (ii) **Riscos cíveis.** Engloba processos de natureza cível, inclusive consumerista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. O restante do valor constante na provisão subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumerista. (iii) **Riscos fiscais.** *Controlada Ampla Energia.* Os principais riscos fiscais aos quais a controlada está exposta são: O Estado do Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R\$12.326 (R\$11.694 em 2014). Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Encontra-se provisionado pelo valor de R\$4.991 (R\$4.771 em 2014). (iv) **Riscos regulatórios.** *Controlada Ampla Energia.* O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Inicialmente, o órgão regulador notifica a empresa a respeito das não conformidades que forem constatadas. A empresa notificada terá, então, 15 dias para sua manifestação. Posteriormente, caso se confirme a irregularidade, é emitido auto de infração aplicando penalidade às não conformidades. A empresa terá, então, prazo de 10 dias para interposição de seu recurso. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento. *Controlada COELCE.* Referem-se aos montantes relacionados às multas ARCE (Penalidades regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL). (v) **Contingências ambientais.** *Controlada CDSA.* A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a controlada, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à controlada em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A controlada interpôs recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **b) Contingências com risco possível.** O Grupo Enel possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$4.606.082 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.310.892 em 2014). (i) **Riscos trabalhistas.** As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc. (ii) **Riscos cíveis.** A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. *Controlada CIEN, Tractebel.* A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre a controlada CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$117 milhões, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa. *Furnas.* Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada CIEN do "Contrato de Potência Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$520 milhões e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas. No prazo para apresentação de Apelação, foi apresentada petição por Furnas, a qual encontra-se com o juiz. A controlada CIEN ainda não teve acesso ao teor da referida mencionada petição. (iii) **Riscos fiscais.** *Enel Brasil, Auto de Infração de IR.* Em 2014 a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de IR sobre dividendos supostamente distribuídos a maior do que o devido nos anos de 2009 e 2010. A Companhia apresentou impugnação e aguarda decisão de primeira instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015, é de R\$233.300 (R\$212.334 em 2014). *Autos de Infração PIS/COFINS.* Em 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de PIS e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes, improcedentes no que se refere às receitas financeiras. Diante dos fatos e da jurisprudence administrativa, a empresa em agosto de 2014 efetuou o pagamento da parcela considerada como perda provável (valores relativos ao PIS e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio) correspondente ao valor exigido

no âmbito do REFIN, em conformidade com a Lei nº 12.996/14. A parcela remanescente dos autos de infração foi considerada com probabilidade de perda possível, corresponde a R\$21.756 para a Cofins (R\$19.425 em 2014) e R\$3.080 para o PIS (R\$2.750 em 2014), este sobre receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004. *Controlada COELCE.* Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão. *ICMS.* No âmbito estadual, a controlada discute diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$333.750 em 31 de dezembro de 2015 (R\$307.636 em 2014) e tratam de: regime especial originado do termo de acordo 035/91; base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; cancelamento de faturas; estorno de crédito - consumidor baixa renda; imposto em determinadas operações; energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. *ISS.* No âmbito municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza referentes ao ISS que totalizam o montante de R\$35.685 em 31 de dezembro de 2015 (R\$50.792 em 2014) e tratam de: serviços acessórios; locação de bens móveis; retenção na fonte e serviços prestados em outros Municípios. E com o Município de Iguatu execução fiscal no valor de R\$3.370 em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.083 em 2014). *Controlada Ampla Energia. Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN).* Auto de infração de 2005 lavrado pela Secretaria da Receita Federal em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela controlada em 1998. Na presente data a controlada segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.127.837 (R\$1.068.018 em 2014). *COFINS.* Execução fiscal originada de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de suposta falta de pagamento no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015, é de R\$149.174 (R\$142.141 em 2014). *ICMS - Prazo de recolhimento.* A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou em 2005 auto de infração em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Decreto 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Na presente data a controlada segue discutindo o tema através de ações judiciais. O valor envolvido nestes processos, atualizados em 31 de dezembro de 2015, é de R\$284.798 (R\$268.912 em 2014). *ICMS - Diversos temas.* No âmbito estadual, a controlada discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$187.062 em 31 de dezembro de 2015 (R\$199.158 em 2014), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; (iv) saídas de bens sem a tributação; e (v) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; *Temas municipais.* No âmbito municipal, a controlada discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empacchamento, juntos somam o valor de R\$35.485 em 31 de dezembro de 2015. Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$10.830 e R\$1.887, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015 (R\$10.296 e R\$1.739 em 2014, respectivamente). A controlada, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R\$10.144 (R\$6.955 em 2014). *Controlada CDSA. Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa.* A Receita Federal do Brasil autou a controlada em função da compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A controlada ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a matéria e aguarda o julgamento de seu recurso. O valor atualizado do processo em dezembro de 2015 é de R\$17.931 (R\$17.182 em 2014). A controlada, além do processo acima descrito, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$764 em 31 de dezembro de 2015 (R\$747 em 2014). *Controlada CDTF PIS e COFINS.* A controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A controlada aguarda o julgamento de seu recurso pelo CARF. O valor atualizado do auto de infração é de R\$75.491 em 31 de dezembro de 2015 (R\$71.205 em 2014). *Controlada CIEN. PIS/COFINS.* A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, nos valores atualizados de R\$7.697 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.108 em 2014). A controlada aguarda o julgamento dos recursos apresentados. *IRPJ/CSLL.* A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração, em 29 de dezembro de 2008, para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003. A controlada pagou parcialmente o Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003. O montante impugnado atualizado é de R\$10.130 em 31 de dezembro de 2015 (R\$7.209 em 2014). **c) Ativo contingente.** *Controlada Ampla Energia.* No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública, foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da controlada Ampla quanto à COFINS até o ano de 2001. A controlada Ampla pleiteia a restituição dos valores pagos em ação específica. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade posteriormente declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da controlada Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$166.758 (R\$161.686 em 2014). **Depósitos judiciais.** O Grupo possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	135	135	197.135	169.315
Cíveis	-	-	68	

**ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67**

continuação

derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro 2015 o valor líquido de R\$7.441 (R\$1.953 em 2014) na rubrica de outros resultados abrangentes. g) **Excesso das reservas de lucros.** Em 31 de dezembro de 2015, o saldo acumulado das reservas de lucros está superior ao capital social. A Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em abril de 2016, irá deliberar sobre a aplicação do excesso destas reservas, de forma a atender ao previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. **26. Compromissos.** Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue: **Controlada COELCE.** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.315.471 em 2016, R\$2.462.972 em 2017, R\$2.661.669 em 2018 e R\$62.541.029 após 2018. Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2015 que foram homologados pela ANEEL. **Controlada Ampla Energia.** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.318.300 em 2016, R\$2.330.151 em 2017, R\$2.533.185 em 2018 e R\$48.980.760 após 2019. Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2015 que foram homologados pela ANEEL. **Controlada CDSA.** A controlada CDSA mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCEARs (contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado).

	2016	2017	2018	2019	2020
Receita bruta	573.448	548.335	724.133	725.097	752.220

**27. Obrigações com benefícios pós-emprego. Controlada Ampla Energia.** A controlada Ampla Energia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada Ampla Energia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$491.635 (R\$455.033 em 2014), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios, em atendimento ao CPC 33 R1. Os planos administrados pela controlada Ampla Energia têm as seguintes principais características: a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido). **Patrocinadora.** O plano BD está estruturado sob o regime financeiro de capitalização para aposentadorias, pensões e benefícios. As contribuições ao plano são determinadas com base em avaliação atuarial, preparada por atuários independentes, de acordo com as regras aplicadas no Brasil. **Participantes ativos.** Em 31 de dezembro de 2015, há apenas dois participantes ativos, empregados pela Companhia. **Participantes assistidos.** Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos. A controlada Ampla Energia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$118.221 apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 1º de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida). **Patrocinadora.** Contribui com 5,85% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 4,43% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,42% utilizados para cobertura das despesas administrativas. **Participantes ativos.** Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV. c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA). A controlada Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago. O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custo é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pelo plano. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contribuintes por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido as próprias despesas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária. • Aposentados PDI - grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custo determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano. d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria. A controlada Ampla Energia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, aqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Ampla Energia. **Controlada COELCE.** A controlada COELCE é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada COELCE, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos administrados pela controlada têm as seguintes principais características: a) Plano de Contribuição Definida (CD). Para o Plano CD a controlada contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". b) Plano de Benefício Definido (BD). O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. **Patrocinadora.** O plano BD está estruturado sob o regime financeiro de capitalização para aposentadorias, pensões e benefícios. As contribuições ao plano são determinadas com base em avaliação atuarial, preparada por atuários independentes, de acordo com as regras aplicadas no Brasil. **Participantes ativos.** Em 31 de dezembro de 2015 há aproximadamente 270 funcionários ativos, empregados pela Companhia. **Participantes assistidos.** Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos. Os benefícios do plano compreendem: • Complementação de aposentadoria por invalidez. • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição. • Complementação de aposentadoria por idade. • Complementação de aposentadoria especial. • Complementação de auxílio reclusão. • Complementação de pensão por morte. • Complementação de abono anual. O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada. c) Plano de Assistência Médica. O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custo é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contribuintes por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido as próprias despesas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano. • Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria. Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Atualmente, os planos BD e CD da controlada COELCE apresentaram um superávit atuarial total de R\$123.077 em 31 de dezembro de 2015 (R\$147.258 em 2014). O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNP) - Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a controlada COELCE, esta relação estava abaixo de 5% em 31 de dezembro de 2015. Já para os planos de assistência médica e FGTS para o ano de 2015 apresentaram um passivo total de R\$87.436 (R\$91.082 em 2014).

	2016	2017	2018	2019	2020
Receita bruta	573.448	548.335	724.133	725.097	752.220

**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação.**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.021.198	933.485	904.974
Custo dos serviços correntes	1.837	1.231	3.038
Custo dos juros	121.575	109.714	108.390
Contribuições de participantes do plano	22	29	2.287
Benefícios pagos pelo plano	(97.301)	(88.353)	(70.087)
Ganhos (perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	(18.327)	65.092	(54.902)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.029.004	1.021.198	893.700

**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	646.407	540.146	961.150
Retorno esperado dos ativos do plano	78.655	63.192	117.105
Contribuições recebidas de participantes do plano	22	29	2.287
Contribuições recebidas do empregador	61.967	48.820	16.091
Benefícios pagos pelo plano	(97.301)	(88.352)	(70.087)
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	(33.093)	82.572	(97.205)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	656.657	646.407	929.341

**Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais	(1.029.004)	(1.021.198)	(893.700)
Valor justo dos ativos	656.657	646.407	929.341
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(372.347)	(374.791)	(35.641)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo Ativo/passivo atuarial líquido (*)	(372.347)	(374.791)	(123.077)
Dívida contratada	(119.288)	(70.242)	(87.436)
Ativo/passivo atuarial líquido apurado	(491.635)	(445.033)	(67.436)
Circulante	(491.635)	(445.033)	(2.040)
Não circulante	(491.635)	(445.033)	(577.031)

**Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Custo do serviço corrente bruto	1.859	1.260	5.325
Contribuições de participante	(22)	(29)	(2.287)
Custo do serviço líquido	1.837	1.231	3.038
Juros líquidos sobre benefício definido passivo/ (ativo)	42.920	46.522	9.722
Total reconhecido na DRE	44.757	47.753	12.760

**Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Renda fixa	416.343	400.662	757.386
Renda variável	131.822	134.592	64.446
Investimentos imobiliários	94.992	92.341	91.333
Outros	13.500	18.812	16.176
Total do valor justo dos ativos do plano	656.657	646.407	929.341

**Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações	(18.327)	65.092	(54.902)
(Ganho)/Perda atuarial sobre os ativos do plano	33.093	(82.572)	97.205
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	-	-	(42.617)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	49.045	70.242	-
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	63.811	52.762	(314)

**Retorno real dos ativos dos planos**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Retorno esperado sobre os ativos do plano	78.655	63.192	117.105
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	(33.093)	82.572	(97.205)
Retorno real sobre os ativos dos planos	45.562	145.764	19.900

**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido**

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	70.242	-	147.258	190.339	217.500	190.339
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	18.436	22.056	18.436	22.056
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	49.046	70.242	(42.617)	(65.137)	6.429	5.105
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	119.288	70.242	123.077	147.258	242.365	217.500

As controladas registram despesas com plano de contribuição definida o montante de R\$4.597 em 2015 (R\$7.442 em 2014). **Premissas biométricas adotadas.** As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

	Ampla Energia				COELCE			
	PCA	PACV	PAMA	FGTS	BD	CD	Plano de saúde	FGTS
Taxa de desconto	14,18%	14,18%	14,18%	14,21%	14,18%	14,21%	14,16%	14,02%
Taxa do rendimento esperado dos ativos	14,18%	14,18%	N/A	N/A	14,18%	14,21%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	9,69%	9,69%	N/A	9,69%	9,69%	9,69%	N/A	9,69%
Taxa de inflação esperada	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,50%	6,50%	N/A	N/A	6,50%	6,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
	Light-	Light-	Light-	Light-	Light-	Light-	Light-	Light-
	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
	AT-49 +	AT-49 +	AT-49 +	AT-49 +	AT-49 +	AT-49 +	AT-49 +	AT-49 +
Tábua de mortalidade de inválidos	6anos	6anos	6anos	N/A	6anos	6anos	6anos	N/A

Para avaliação atuarial do exercício de 2015, foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos (inflação médica) de 9,69% a.a. (3% a.a. em termos reais). No exercício anterior, essa premissa assumia característica decrescente, variando de 8,66% a.a. (3% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante. Para projeção dos custos, foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade (*aging factor*) de 3,00% a.a. (3,00% a.a. em 2014). Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a. em 2015 (1,50% a.a. em 2014). Foi adotada a premissa de que todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria. Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula. **28. Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	493.395	685.881	973.864	1.155.351
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
	(167.754)	(233.200)	(331.114)	(392.819)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	130.500	202.718	(118.368)	26.141
Controlada no exterior	-	-	(6.960)	(4.426)
Incentivos fiscais	-	-	74.679	84.904
Outros	(336)	9.306	(4.923)	3.491
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(37.590)	(21.176)	(386.686)	(282.709)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.639)	21.176	(359.136)	374.193
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.049	-	(27.550)	(91.484)
Total	(37.590)	21.176	(386.686)	282.709

\* O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%. A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
IR e CS sobre diferenças temporárias	383.298	334.800	48.989	(55.109)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	183.015	162.941	20.074	(1.048)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	251.658	229.985	21.673	26.284
Provisão para obsolescência de estoque	1.369	1.288	81	(1.900)
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	-	(46.620)
Variação cambial não realizada	(60.153)	(38.443)	(21.710)	(17.340)
Custo atribuído	(60.662)	(73.077)	12.415	-
Outras	68.071	52.106	15.965	(14.485)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado Ativo indenizável (concessão)	(170.969)	(96.674)	(74.295)	146.593
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	(224.311)	(153.413)	(70.898)	102.564
Desreconhecimento de passivo regulatório	51.384	54.859	(3.475)	(3.478)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	-	-	46.981
Diferido perdas de bens	(1.754)	(1.832)	78	526
Subtotal - impacto no resultado do exercício	3.712	3.712	-	-
Total	212.329	238.126	(25.797)	91.484
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	212.475	187.054	25.421	22.680
Plano de pensão	214.153	192.564	21.589	21.674
Swap	(3.241)	(5.510)	2.269	1.006
NDF	1.563	-	1.563	-
Total	424.804	425.180	(376)	114.164
Ativo diferido	485.466	498.257	-	-
Passivo diferido	(60.662)	(73.077)	-	-

**29. Receita líquida:** A composição do fornecimento de energia elétrica é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento faturado	10.943.440	8.260.953
Fornecimento não faturado	141.274	33.186
Consumidores, concessionários e permissionários	11.084.714	8.294.13

continuação **ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67**

31. Resultado financeiro	Controladora		IOF e IOC	Multas	Controladora		Responsabilidade civil	Limite máximo de garantia por sinistro	
	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014			
Receita financeira					(16.610)	(14.734)	AMPLA ENERGIA	01/11/2015 à 31/10/2016	768.780
Rendimentos de aplicações financeiras	28.149	72.506			(34.982)	(36.024)	CDSA	01/11/2015 à 31/10/2016	768.780
Transações com partes relacionadas	101.345	34.530			-	(306.060)	CIEN	01/11/2015 à 31/10/2016	768.780
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	12.209			(78.493)	(99.127)	CGTF	01/11/2015 à 31/10/2016	768.780
Outras receitas financeiras	1.780	4.753			(749.527)	(912.338)	COELCE	01/11/2015 à 31/10/2016	768.780
Total da receita financeira	131.274	123.998			90.802	110.797	ENEL BRASIL	01/11/2015 à 31/10/2016	768.780
Despesa financeira					(136.813)	(129.447)	PRATIL	01/11/2015 à 31/10/2016	768.780
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(589)	-			(46.011)	(18.650)			
Multas e acréscimos moratórios	(284)	-			(163.702)	(594.738)			
Outras despesas financeiras	(178)	(13.734)							
Total da despesa financeira	(1.051)	(13.734)							
Variação cambial ativa	27.979	6.346							
Variação cambial passiva	(21.473)	(3.208)							
Total da variação cambial, líquida	6.506	3.138							
Resultado financeiro	136.729	113.402							
Receita financeira									
Rendimentos de aplicações financeiras	97.510	163.339							
Multas e acréscimos moratórios	139.577	96.207							
Receita financeira - ativo indenizável	212.922	-							
Correção depósitos judiciais	15.744	-							
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	108.134	-							
INSS patronal	-	12.681							
Outras receitas financeiras	57.949	64.023							
Total da receita financeira	631.836	336.250							
Despesa financeira									
Variações monetárias	(9.868)	(781)							
Encargos de dívidas	(152.746)	(116.139)							
Atualização de impostos e multas	(6.408)	(6.032)							
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(146.328)	(101.242)							
Encargo de fundo de pensão	(52.642)	(55.109)							
Juros debêntures	(152.499)	(117.542)							
Variações monetárias debêntures	(97.929)	(57.801)							
Correção prog. efec. energética e P&D	(1.022)	(1.747)							

**32. Participação nos resultados:** A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2015 foi de R\$3.918 (R\$4.299 em 2014). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2015, foi de R\$33.367 (R\$39.897 em 2014).

**33. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$8.063.159 e para lucros cessantes de R\$11.314.165, bem como um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$192.195 para as empresas de distribuição e R\$2.964.377 para as demais empresas. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel no valor de R\$768.700 por sinistro e no agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, as controladas da Enel Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros.

Risco operacional	Data de vigência	Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA ENERGIA	01/11/2015 à 31/10/2016	1.505.861	192.195
CDSA	01/11/2015 à 31/10/2016	3.005.103	2.964.377
CIEN	01/11/2015 à 31/10/2016	1.542.452	2.964.377
CGTF	01/11/2015 à 31/10/2016	1.027.835	2.964.377
COELCE	01/11/2015 à 31/10/2016	968.230	192.195
ENEL BRASIL	01/11/2015 à 31/10/2016	5.186	2.964.377
PRATIL	01/11/2015 à 31/10/2016	8.492	2.964.377

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

No dia 28 de março de 2016, reuniu-se o Conselho de Administração da ENEL BRASIL S.A. para examinar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Examinadas as referidas Demonstrações Financeiras, decidiu o Conselho de Administração exarar o seguinte parecer:

**PARECER**

Os membros do Conselho de Administração da ENEL BRASIL S.A., abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015, compreendendo o Relatório da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, além das demonstrações de outros resultados abrangentes, complementadas pelas notas explicativas, tendo ainda, a informação de que o relatório dos auditores externos, sem ressalvas, será emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., após a referida reunião. Os Conselheiros também aprovaram a proposta de destinação de lucro do exercício e os referidos documentos, propondo sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Niterói, 28 de março de 2016. Mario Fernando de Melo Santos - Presidente do Conselho e da Reunião; Luca D'Agnese - Conselheiro; Gianluca Caccialupi - Conselheiro; Antônio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque - Conselheiro.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Enel Brasil S.A. Niterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 28 de março de 2016. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC - ZSP 015.199/F-6. Paulo José Machado - Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4.

# Governo quer dividir reforma do ICMS em duas etapas para amenizar problemas

*Estados têm o compromisso de revelar todos os incentivos que possuem*

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dyoogo de Oliveira, defendeu ontem, durante audiência pública no Senado, que a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seja dividida em duas etapas, deixando para depois a parte mais polêmica, que trata de redução das alíquotas. Com a reforma, o governo pretende amenizar os problemas de arrecadação dos estados, em decorrência da

chamada guerra fiscal. Segundo Oliveira, as propostas que tramitam atualmente exigem compensação pelas perdas que os estados terão na transição. Os estados e a União avaliam que não terão condições de arcar com essas perdas. "Então, o que estamos começando a discutir é estabelecer o processo de reforma do ICMS em duas etapas, onde começaria a reforma pela convalidação (reconhecimento) dos benefícios, reduzindo com isso a

insegurança jurídica das empresas que têm hoje passivos tributários bilionários, o que inviabiliza novos projetos de investimentos e contribui para a estagnação da atividade. Precisamos retirar esse grande risco jurídico, criando um mecanismo transparente de convalidação", disse o secretário. Para que isso ocorra, Oliveira disse que os estados têm que se comprometer a revelar todos os incentivos que possuem, para que sejam aprovados no Conselho

Nacional de Política Fazendária (Confaz) "por meio de uma cláusula de maioria qualificada, sem a necessidade de cláusula de consenso". Após a convalidação, os benefícios dos estados teriam prazo de duração, de acordo com a categoria do incentivo. Durante esse período, as unidades da federação poderiam acessar recursos de um fundo criado com recursos da repatriação, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. "Os recursos da repatria-

ção poderiam formar o fundo de desenvolvimento regional. Os estados então continuariam mantendo uma boa capacidade de gestão da política de desenvolvimento regional por meio desse fundo", explicou o secretário. Segundo Oliveira, a implementação da reforma do ICMS ocorreria somente em um segundo estágio. "O fundo de compensação não teria recursos suficientes com a repatriação. As propostas atuais preveem que a União complemente esse valor, ou

que os próprios estados arquem com essa diferença, que era a proposta original. Só que, no momento atual, nem União nem estados têm condições de arcar com essa perda temporária. Isso, portanto, deveria ser colocado para um prazo um pouco mais adiante, em um segundo estágio, e não neste exato momento", disse. "O que é urgente nesse momento é a redução do custo jurídico envolvido em todos esses benefícios", acrescentou.

# MP desarticula quadrilha que cobrava propina de comerciantes no estado do Rio de Janeiro

*Cinco pessoas foram presas na ação, entre elas, o dono de frigorífico*

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência, realizou ontem uma ação para cumprir seis mandados de busca e apreensão no município do Rio, Cabo Frio, São

Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, e em Três Rios, no interior do estado. Batizada de "Percentual do Boi", a operação teve por finalidade desarticular uma quadrilha envolvida na cobrança de propina de comerciantes da Região dos Lagos. Cinco pessoas foram denunciadas: o ex-chefe da

Inspetoria da Receita estadual de Cabo Frio, César Enéas Marzano; o auditor fiscal aposentado José Michel Farah; o empresário Hugo Cecílio de Carvalho, sócio do Frigorífico Boi Bom, em Cabo Frio; e os funcionários do frigorífico Rogério Lourenço da Silva e Jene Moreira da Silva. Eles

são acusados de fazer parte da quadrilha envolvida com associação criminosa e lavagem de dinheiro. Durante a ação, foi preso o empresário Hugo Cecílio de Carvalho, dono do frigorífico, por porte ilegal de arma. Ainda foi encontrada uma grande quantidade de dinheiro que está sen-

do contabilizada pela equipe do Gaeco. Também houve apreensão de equipamentos e computadores no local. Na investigação, foi apreendida uma planilha com 66 registros de propinas extorquidas de comerciantes de Cabo Frio. Nas anotações, feitas entre 2005 e 2009, foram recordadas propinas que somam

R\$ 738.130,87 em cheques. Ainda de acordo com os promotores de Justiça do Gaeco, os cheques extorquidos dos comerciantes eram trocados no Frigorífico Boi Bom, que fazia a lavagem do dinheiro e ficava com uma comissão entre 4% e 6% do valor dos cheques arrecadados pelos fiscais.

# Aneel aumenta energia em quatro estados do Nordeste

*Reajuste considera a variação de custos associados à prestação do serviço*

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem reajuste tarifário para quatro distribuidoras de energia, que atendem consumidores do Ceará, da Bahia, do Rio Grande do Norte e de Sergipe. Os novos preços começam a valer na próxima sexta-feira (22).

A Companhia Energética do Ceará poderá reajustar a tarifa de energia em 13,7% para os consumidores residenciais e em 11,51% para as indústrias. Os novos valores serão aplicados para 3,4 milhões de unidades consumidoras localizadas em 184 municípios do estado.

Para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia o aumento será 10,82% para os consumidores residenciais e 10,64% para as indústrias. A companhia atende 5,7 milhões de consumidores nos 415 municípios baianos. O reajuste tarifário da Companhia Energética do

Rio Grande do Norte será 7,8% para os consumidores residenciais e 7,61% para as indústrias. A empresa distribui energia para 1,3 milhão de unidades consumidoras em 167 municípios do estado. Para a Energisa o aumento será 5,6% para os consumidores residenciais e 4,74%

para as indústrias. A distribuidora atende 731 mil unidades consumidoras localizadas em 63 municípios de Sergipe. Segundo a agência reguladora, o reajuste considera a variação de custos associados à prestação do serviço, conforme estabeleci-

do no contrato de concessão das distribuidoras. O cálculo leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais. Os custos típicos da atividade de distribuição são atualizados com base no Índice Geral de Preços de Mercado.